



## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS

#### 1.DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem como objeto a prestação de serviço médico veterinário de castração de caninos e felinos de ambos os sexos e idade, compreendendo a realização dos procedimentos cirúrgicos no município elencados abaixo em clínica licitada. Tais procedimentos visam atender ao resultado de controle populacional de animais domésticos.

1.2. Compreende na prestação de serviço médico veterinário de castração de caninos e felinos de ambos os sexos (machos e fêmeas) e idade (castração pediátrica e todos os demais em idade reprodutiva) sem importar raça, a castração em clínica e o fornecimento de todos os insumos necessários.

1.3. A contratação de clínica especializada para os serviços de castração, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.4	<b>Requisitante:</b>	Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável por meio da Subsecretaria do Bem Estar Animal (SSUBEA)
1.5	<b>Fundamentação legal:</b>	Pregão Eletrônico, Decreto Municipal, pelo registro de preço, 599/2020, combinado com a Lei 8.666/93
1.6	<b>Período:</b>	12 meses
1.7	<b>Tipo:</b>	Menor preço global nos termos da Lei nº. 8.666/93

#### 2.DO SERVIÇO

2.1. A empresa contratada deverá prestar os serviços de castração para atender em clínica pelo período de 12 (doze) meses.

2.2. A tabela abaixo demonstra detalhadamente o objeto do presente Termo de Referência, bem como o número de itens/etapas a serem cumpridas para auxiliar a empresa contratada a estimar seus valores, considerando as especificações e necessidades:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE.
01	As licitantes deverão fazer constar em suas propostas:  Preço unitário dos procedimentos de castração já inclusos todos os custos dos insumos utilizados na prestação do serviço.  Preço total para até 100 (cem) procedimentos mensais.	Mês	12



	<p>O valor estimado a ser pago por cada castração levando em conta:</p> <p>Fornecimento e manutenção de todos os insumos necessários ao bom desempenho dos serviços.</p> <p>Os equipamentos, instrumentais e todos os demais insumos que se fizerem necessários a serem utilizados nos procedimentos de castração são pertencentes à contratada e devem estar disponíveis quando necessário.</p> <p>A licitante vencedora deverá fornecer todos os insumos necessários para a execução dos procedimentos cirúrgicos, tais como: pré-anestésicos, anestésicos, material de enfermagem, fios de sutura, oxigênio para equipamentos de anestesia inalatória, medicamentos para pré e pós-operatório e todos os demais insumos que se fizerem necessários aos procedimentos, tais como: luvas de procedimentos tamanhos P ao G, álcool 70, Almotolia 500ml – 6 unidades, Gliconato Clorexidina Degermante à 2%-litro, água oxigenada 10% - litro, desinfetante hospitalar para superfícies fixas e artigos não críticos (Meliseptol Braun), sabonete líquido, esparadrapo rolo 10X4,5, gase 11 fios, algodão hidrófilo, papel toalha na cor branca, máscaras e toucas cirúrgicas, jaleco descartável, desinfetante herbal com borrifador, dispenser para papel toalha, porta gase e algodão, saco de lixo na cor branca leitoso, lixeira com tampa acionada por pedal, equipo macrogotas, cateter e soro, material de expediente (caneta, lápis, tesoura, fitas, papel), seringas e agulhas.</p> <p>Os instrumentais a serem utilizados nos procedimentos cirúrgicos deverão ser devidamente esterilizados e estarem disponíveis no centro cirúrgico em quantidade suficiente para atender ao quantitativo de animais cadastrados e agendados para os procedimentos de castração.</p> <p>Para realização das cirurgias deverão ser empregados de preferência anestésias inalatórias, podendo também ser considerada a utilização de anestésicos gerais ou dissociativos. No caso do uso deste último deverão ser utilizados, obrigatoriamente, analgésicos opióides.</p>		
--	--	--	--



	<p>É necessário que o licitado tenha em sua posse os seguintes produtos ou similares: VAPORIZADOR ISO CALIBRADO, DL330 Doppler, DL740 – ANESTESIA INALATÓRIA COM VENTILAÇÃO COM PEDESTAL – VET, FOCO CIRÚRGICO BICOLOR DE 12 LEDS, DL1000 – MONITOR MULTIPARAMÉTRICO 9 PARAMETROS TOUCH VET, além de material básico de fluídos e medicamentos pós operatório. Maquinaria de apoio, como máquina de tosar e devidas lâminas para tricotomia, gilete, garrotes, focinheiras e autoclave.</p> <p>O valor estimado cotado deverá abranger a seguinte regra:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Castração em clínica licitada de caninos e felinos de ambos os sexos (machos e fêmeas, castração pediátrica e de todos os demais em idade reprodutiva, de todos os portes, sendo, no máximo 90 animais mensais, que serão encaminhados com autorização expressa da SSUBEA,</li><li>• Castração em clínica licitada com internação, medicação e alimentação necessária para sua recuperação, para no máximo 10 animais mensais, sendo eles: gatos ou cães de todas as raças, caninos e felinos de ambos os sexos(machos e fêmeas), castração pediátrica e todas as demais em idade reprodutiva de todos os portes, em estado de rua que serão encaminhados com autorização especial e expressa da SSUBEA.</li></ul> <p>A cotação deve ser orçada compreendendo uma equipe mínima para realização de castração, composta por 1 veterinário e 1 auxiliar.</p>		
--	---	--	--

### 3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Dentre os objetivos da SUBSECRETARIA DO BEM ESTAR ANIMAL submetida a SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL DA PREFEITURA



MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO, com o apoio da SUBSECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE, ATRAVÉS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E VIGILÂNCIA EM SAÚDE AMBIENTAL submetida à SECRETARIA DE SAÚDE, está o controle da população de animais domésticos do município e para tanto a castração destes é uma das medidas mais importantes, uma vez que diminui a entrada de novos indivíduos na população.

Considerando que a Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo prevê no capítulo em que trata da Política de Proteção Animal, no parágrafo 1º, inciso I do art. 358º a necessidade do estabelecimento de ter “cadastro e controle habitacional, inclusive castração”. Considerando que a Lei 4443/2016 em seu art. 35º, preceitua que:

*Art. 35. O controle populacional e de zoonoses dos animais a que se refere esta Lei será exercido mediante a prática de esterilização cirúrgica, promovida e coordenada pelo Poder Público Municipal.*

...

*§ 2º Nos procedimentos cirúrgicos de castração deve-se observar a utilização da medicação clinicamente recomendada durante o procedimento e no pós-operatório minorando danos, garantindo o êxito da cirurgia e salvaguardando a vida e saúde do animal.*

*§ 3º O proprietário ou responsável pelo animal deverá ser orientado, antes do procedimento de castração sobre os medicamentos, e cuidados necessários para a realização do pós-cirúrgico, bem como de possíveis complicações e seus respectivos gastos.*

*§ 4º Quando necessárias, as prescrições de medicação pós-cirúrgica aos animais, deve o médico veterinário responsável optar sempre que possível pela prescrição de medicação genérica ou de menor custo para o proprietário ou responsável.*

3.2. Ao se utilizar a castração enquanto uma das medidas de controle populacional a grande preocupação é com a possibilidade de reposição da população de animais. Assim sendo, a literatura especializada recomenda a castração por saturação, ou seja, elencar áreas e procurar castrar 100% da população de caninos e felinos de ambos os sexos e idade férteis. Os serviços de castração são essenciais para evitar futuros abandonos e a exposição dos gatos e cachorros a maus tratos e enfermidades, visando atender os propósitos da Subsecretaria do Bem-Estar Animal.

No contexto acima apresentado, a castração por intermédio de licitação de clínica local, se faz viável e necessário por vários motivos, tais como:



O instrumento contratual envolverá a prestação de contas, mediante preenchimento do anexo IV, pois as castrações não serão realizadas de forma esparsa em diversas clínicas, uma vez que isso dificultaria o controle do município sobre o processo de castração, tanto na quantidade como na qualidade.

3.3. Previamente e continuamente ao processo de castração será realizado o cadastramento animal abrangendo o respectivo tutor, bem como o termo de fazer cumprir, que vinculará obrigações aos tutores para que possa ser realizada a cirurgia, minimizando assim a possibilidade de óbito de qualquer animal. Quando se tratar de animal em estado de rua, será realizada uma avaliação clínica pela licitada, que poderá se negar a realizar o procedimento.

Os critérios para o cadastramento animal serão estabelecidos em Decreto específico com o fito de estabelecer as preferências determinadas no § 2º do artigo 358 da Lei Orgânica do Município, que prediz: “A política pública abrangerá especialmente animais em situação de abandono e risco, com extensão a animais particulares prioritariamente de pessoas de baixa renda.”

3.4. A não utilização da unidade móvel adquirida no processo 11228/19, após estudo vasto, se mostrou inviável a castração em massa na unidade móvel, vez que a mesma não poderia atender animais de todos os portes, além do mais importante, a unidade móvel foi adquirida com verba vinculada do Ministério da Saúde para implementação de unidades de zoonoses integradas ao Sistema Único de Saúde (SUS), conforme portaria MS/SAS nº758 de 26 de agosto de 2014. As ações, atividades e estratégias de controle de população de que trata o inciso VI do art. 3º da MS/GM 1138/2014, quando para animais domésticos, deve respeitar principalmente para o controle de zoonoses, e, em casos específicos, e de acordo com a legislação pertinente ao SUS e com a Lei Complementar 141, de 13 de janeiro de 2012, os recursos do setor público de saúde no Brasil e não podem ser aplicados em outras políticas públicas. Sendo assim, torna-se inviável a utilização da unidade móvel para a castração em massa com intuito meramente de controle populacional, estando a unidade móvel a cargo e responsabilidade exclusiva da Vigilância em Saúde – Zoonoses.

### 3.5. DO QUANTITATIVO.

Deverá ser realizado durante o período contratado, o quantitativo de até 100 castrações mensais, 1200 anuais.

O valor estimado cotado deverá abranger a seguinte regra:

- Castração em clínica licitada de caninos e felinos de ambos os sexos (machos e fêmeas), castração pediátrica e de todos os demais em idade reprodutiva de todos os portes, sendo, no máximo 90 animais mensais, que serão encaminhados com autorização expressa da SSUBEA,
- Castração em clínica licitada com internação, medicação e alimentação necessária para sua recuperação, para no máximo 10 animais mensais, sendo eles: gatos ou cães de todas as raças, caninos e felinos de ambos os sexos (machos e fêmeas), castração pediátrica e todas as demais em idade reprodutiva de todos os portes, em estado de



rua que serão encaminhados com autorização especial e expressa da SSUBEA.

Observa-se que deverá a contratada realizar a castração de até 5 animais por dia para alcançar o quantitativo mínimo, ou programar-se para realização de até 25 castrações semanais a ser realizada em dia específico que deverá ser de segunda a sexta-feira – das 08h00min às 17h00min horas.

#### **4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

4.1. Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública;

Obs: As empresas em recuperação judicial poderão participar do certame desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial (art. 58º da Lei 11.1.1/2005)

Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

4.2. A participante deverá ter clínica estruturada e capacidade para atendimento dos procedimentos na região central da cidade, considerando os aspectos técnicos de facilidade de locomoção de maior grupo social, visto que há integração de todos os bairros através da rodoviária central da cidade. Considera-se área central da cidade até 8 km em todas as direções, a contar como ponto norteador o prédio da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo- Avenida Alberto Braune nº 224- Centro Nova Friburgo, Cep 28613-001.

Poderão as demais clínicas participarem, desde que estruturem centro de atendimento capacitado para os procedimentos atendendo ao requisito anterior, ou realize a locomoção dos animais sem modificação no preço final a ser cotado.

4.3. A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

4.4. A licitante estará obrigada, como disciplina a legislação vigente, a possuir médico veterinário Responsável Técnico pelos procedimentos que deverá atender ao disposto na Resolução nº 1753 de 16 de outubro de 2008, bem como licença sanitária e licença ambiental.



4.5. A licitante vencedora deverá seguir as normas vigentes de segurança, engenharia e medicina do trabalho, sanitárias e ambientais.

4.6. A contratada deverá manter em sua clínica um plano de controle de animais sinantrópicos, além de outro de gerenciamento de resíduos, contemplando as etapas de segregação, armazenamento, coleta, tratamento e disposição.

4.7. A Subsecretaria de Vigilância em Saúde emitirá relatório de conformidade após dez dias de assinatura do contrato, quando iniciará a campanha e programação para as castrações.

4.8. Compreendem-se como parte integrante do contrato: castração em clínica própria, após prévia divulgação e cadastramento dos animais a serem castrados pela contratada.

4.9. A contratada arcará com todos os insumos necessários para a castração sendo necessário que se preze pelo bem estar animal.

## 5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes dos serviços prestados, previstos no presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

5.1	<b>Elemento de Despesa:</b>	33.90.39.00.00
5.2	<b>Fonte de Recurso:</b>	00
5.3	<b>Programa de Trabalho:</b>	14001.1854200292.076

As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de: **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, CNPJ: 28.606.630/0001-23, ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001.**

## 6.FORMA DE REALIZAÇÃO DO SERVIÇO

6.1. O CONTRATO a ser celebrado tem por objetivo a prestação de serviço médico veterinário de castração de caninos e felinos de ambos os sexos e idade, compreendendo a realização dos procedimentos cirúrgicos no município de Nova Friburgo, em clínica licitada.

6.2. Os dias e horários para execução do procedimento cirúrgico de castração são: de segunda à sexta-feira – das 08h00min às 17h00min horas. Ressalta-se que poderão haver modificações com prévia concordância de ambas as partes sobre o horário e dia em que ocorrerão as castrações.

6.3. Os procedimentos cirúrgicos deverão ser realizados por profissional(is) médico(s) veterinário(s) devidamente inscritos no Conselho Regional de Medicina Veterinária competente.

6.4. Os instrumentais a serem utilizados nos procedimentos cirúrgicos deverão ser devidamente esterilizados e estarem disponíveis no centro cirúrgico, em quantidade





suficiente para atender ao quantitativo de animais cadastrados e agendados para os procedimentos de castração.

6.5. Para realização das cirurgias deverão ser empregados de preferência, anestésias inalatórias, podendo também ser considerada a utilização de anestésicos gerais ou dissociativos. No caso do uso deste último deverão ser utilizados, obrigatoriamente, analgésicos opióides.

Necessário que o licitado tenha em sua posse os seguintes produtos ou similares: VAPORIZADOR ISO CALIBRADO, DL330 Doppler, DL740 – ANESTESIA INALATÓRIA COM VENTILAÇÃO COM PEDESTAL – VET, FOCO CIRÚRGICO BICOLOR DE 12 LEDS, DL1000 – MONITOR MULTIPARAMÉTRICO 9 PARAMETROS TOUCH VET, além de material básico de fluídos e medicamentos pós operatório. Maquinaria de apoio, como máquina de tosar e devidas lâminas para tricotomia, gilete, garrotes, focinheiras e autoclave.

As técnicas de antissepsia do animal, do cirurgião e auxiliar, quando necessário, higienização do ambiente e esterilização dos materiais devem ser respeitadas.

Todas as pessoas que estiverem participando do ato cirúrgico devem estar devidamente paramentadas (gorro, máscara, pijama e avental cirúrgico). Os campos cirúrgicos devem estar previamente esterilizados e serem de uso individual (um campo cirúrgico por animal).

Deverá ser garantida pela contratada a assistência do pós-operatório dos animais, até seu pronto restabelecimento do procedimento cirúrgico e anestésico.

6.6. A contratada deverá liberar os animais para seus responsáveis, somente após estes estarem com seus reflexos protetores restabelecidos e com tônus cervical. No caso de animais em estado de rua, a licitada deverá liberá-los somente após a medicação e o tempo necessário de reapuração, que entende-se ser de 7 dias para fêmeas e 24 horas para machos.

6.7. No ato da entrega do animal aos seus responsáveis estes devem receber da contratada, por escrito, recomendações sobre a acomodação e alojamento dos animais no período de recuperação e restabelecimento cirúrgico, orientações e cuidados de enfermagem para evitar a deiscências de suturas e da contaminação da ferida cirúrgica além de receita prescrevendo antibióticos ou outros fármacos que se fizerem necessários que ficaram sob o encargo do tutor.

6.8. A contratada deverá disponibilizar telefone de contato para orientações relativas ao período pós-operatório para que a SSUBEA entre em contato para marcar retorno quando houver complicações cirúrgicas.

6.9. Toda manutenção deverá ser realizada em conformidade com os órgãos reguladores e fiscalizadores (ANVISA, VIGILÂNCIA SANITÁRIA, INMETRO, IPEM etc) ou ainda conforme orientação do MINISTÉRIO DA SAÚDE, com a emissão do respectivo certificado quando for necessário.

## **7. LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**





A prestação do serviço se dará nos locais arrolados abaixo:

a) No endereço da clínica contratada.

## **8. DA LIQUIDAÇÃO**

A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018.

## **9. DO PAGAMENTO**

9.1. O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

9.2. A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

9.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

10.1. Fiscalizar a execução dos serviços, através de profissional designado para este fim, em conformidade com o contrato;

10.2. Proibir que a CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as obrigações preestabelecidas;

10.3. Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

10.4. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

10.5. Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos à contratada;



10.6. Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

10.7. Publicar Decreto estabelecendo as regras do cadastramento de tutores, incluindo as regras de preferência para o serviço de castração e o termo de fazer cumprir que estabelece obrigações aos tutores;

10.8. Promover os agendamentos das cirurgias, sob o encargo da SSUBEA, nos dias e horários estabelecidos em acordo com a CONTRATADA;

10.9. Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei 8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

11.1. Atender de imediato às solicitações da CONTRATANTE quanto às substituições de mão de obra, quando a referida mão de obra for identificada como inadequada à prestação dos serviços;

11.2. Cumprir o objeto do presente termo de referência de acordo com as especificações nele contidas, no edital da licitação, bem como na legislação em vigor;

11.3. Manter o serviço contratado em número, qualidade e condições especificadas;

11.4. Manter a prestação de serviços, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas quando da contratação;

11.5. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;

11.6. Dispor de um médico veterinário para supervisão do projeto. Este médico veterinário deverá ter a competência mínima designada pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária. Esta exigência se adequa à necessidade da SSUBEA, pela importância e conhecimento especializado que este tipo de profissional possui, como responsável técnico;

11.7. Arcar com todas as despesas referentes a vale-transporte, vale-alimentação, encargos sociais, uniformes completos que incluem EPI, ferramental básico e todos os insumos necessários para desempenho adequado dos seus profissionais;

11.8. Fornecer e exigir de seus funcionários o uso de todos os equipamentos de segurança



previstos na legislação em vigor e os que forem solicitados pela Fiscalização, tais como: botas, luvas, máscaras e outros;

11.9. Afastar ou substituir dentro de 24 horas, sem ônus para o Município de Nova Friburgo, qualquer funcionário que, por solicitação da fiscalização da CONTRATANTE, não deva continuar a participar da execução dos serviços;

11.10. Fornecer e manter todos os insumos necessários ao bom desempenho dos serviços.

11.11. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente.

11.12. Comunicar ao Departamento Municipal de Saúde a Vigilância Sanitária, ambiental e a Ssubea, no prazo de máximo de 12 (doze) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

11.13. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada à CONTRATANTE, garantindo o acesso dos profissionais a qualquer tempo, ao local dos serviços, bem como aos documentos relativos aos serviços executados ou em execução;

11.14 Durante o período que decorrerá entre o início e término do contrato, a CONTRATADA deverá manter canal de comunicação ininterrupto com profissional de sobreaviso para em caso de intercorrência advinda da prestação dos serviços, acionamento imediato, disponibilizando assim contato deste e de um substituto;

11.15. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer trabalho que não esteja sendo executado de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas, animais ou bens de terceiros;

11.16. Responder pelo pagamento dos salários devidos pela mão-de-obra empregada nos serviços, pelos encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários respectivos, e por tudo mais que, como empregadora deva satisfazer. Além de ficar sob sua integral responsabilidade a observância das leis trabalhistas, previdenciárias e fiscais, assim como os registros, seguros contra riscos de acidentes do trabalho, impostos e outras providências e obrigações pertinentes ao seu ramo de atividade;

11.17. Arcar com os impostos, taxas e contribuições incidentes sobre o objeto deste Termo de Referência, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em lei;

11.18. Não permitir a utilização de mão de obra de menores de 18 (dezoito) anos;

11.19. Responder por todo e quaisquer ônus decorrente de eventual condenação trabalhista proposta por seus empregados, autorizando, desde já, a retenção dos valores correspondentes aos créditos decorrentes do contrato decorrente do presente Termo de Referência



11.20. A contratada indicará no ato da assinatura do contrato os responsáveis técnicos que realizarão os serviços. A equipe deverá conter no mínimo:

01 veterinário

01 auxiliar veterinário

Cabe lembrar que o veterinário, obrigatoriamente deverá ser devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina Veterinária - CFMV e com experiência na área. Todos os profissionais acima relacionados em caso de férias e licença médica deverão ser substituídos por profissionais com as mesmas qualificações técnicas;

Fornecer à SSUBEA os nomes dos funcionários autorizados a manter contato com o município através da SUBBEA;

Comunicar, imediatamente, por intermédio do fiscal do contrato, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do Contrato;

Assumir inteira responsabilidade pela conservação e limpeza dos locais de execução dos serviços;

Fornecer aos seus empregados uniforme, calçado, crachá de identificação e equipamentos de proteção individual, obedecendo ao disposto nas normas de segurança do Ministério do Trabalho;

11.21. Estar em dia com suas obrigações trabalhistas perante seus funcionários, bem como perante os demais Órgãos Públicos descritos no presente Termo de Referência;

11.22. Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável, através da SUBSECRETARIA DO BEM ESTAR ANIMAL, a VIGILÂNCIA SANITÁRIA e a VIGILÂNCIA AMBIENTAL;

A ação ou omissão total ou parcial do Órgão Fiscalizador não eximirá a contratada de total responsabilidade de executar os serviços, com toda a cautela e boa técnica e restituir, ao término do prazo de vigência contratual, todo e qualquer equipamento pertencente ao município que esteja sob sua guarda, em perfeito e regular funcionamento;

#### 11.23. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A experiência da empresa será comprovada por meio da apresentação de pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica, que comprove no mínimo 20% do quantitativo total estimado neste Termo de Referência em Procedimentos Cirúrgicos Veterinários, emitido (s) em favor da licitante, impresso(s) em papel(is) timbrado(s) do(s) emitente(s), sem rasuras ou entrelinhas.

Deverá constar, obrigatoriamente, em cada atestado: nome (razão social), CNPJ e endereço completo da Contratante e da Contratada, características do trabalho realizado



(denominação, natureza, descrição e finalidade), local de execução dos serviços, período de realização (de DD/MM/AA a DD/MM/AA), metodologia e recursos utilizados, data da emissão, nome, cargo, telefone e assinatura do responsável pela emissão do atestado.

Apresentar no mínimo 01(um) Atestado de Capacidade Técnica em nome da empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da empresa, comprovando haver prestado adequadamente e anteriormente, execução de serviços de características, quantidades e prazos compatíveis com as do objeto do termo de referência, devidamente registrados na entidade profissional competente;

Os Atestados de Capacidade Técnica deverão conter em destaque: data de início e término dos serviços, local de execução, nome do contratante e da pessoa jurídica contratada, nome(s) do(s) responsável(s) técnico(s), seu título profissional e número de registro no CRMV- RJ, especificações e demais dados técnicos com informações detalhadas sobre o quantitativo executados;

## **12.MEDIDAS ACAUTELADORAS**

Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

## **13. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **14. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO**

O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;

Para o acompanhamento e fiscalização da execução do presente contrato, estes serão indicados na assinatura do contrato.

O(s) fiscal(is) do contrato anotar(á) em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o



acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

A empresa vencedora do certame aceitará nas mesmas condições e preços os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias até o limite de 25% do valor inicial da contratação para o objeto definido neste termo de referência.

## **16. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO**

O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos dos setores requisitantes, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

## **17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

17.1. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

17.2. Comete infração administrativa a contratada que:

- Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- Apresentar documentação falsa;
- Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Não manter a proposta;
- Cometer fraude fiscal;
- Comportar-se de modo inidôneo;

17.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;



17.4. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

17.5. Advertência;

17.6. Multa:

17.6.1. compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

17.6.2. compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

17.6.3. moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

17.6.4. moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

17.7. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

17.8. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

17.9. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

17.10. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

17.11. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

## **18. DA SUBCONTRATAÇÃO**

Não será admitida a subcontratação do objeto.

## **19. DA RESCISÃO**

19.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na





legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;

19.2. Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão do contrato:

19.2.1. Atraso injustificado na prestação dos serviços, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável;

19.2.2.O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável, por meio da SSUBEA.

19.3. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

## 20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica de manutenção da Subsecretaria do Bem Estar Animal da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável e Subsecretaria de Vigilância em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.

Nova Friburgo/RJ, 25 de fevereiro de 2022.

GESTOR:	RESPONSÁVEL TÉCNICO E FISCAL DO PROCESSO:
Elisângela A.F. Rodrigues 62905	Luiz Fernando Bonin Freitas 299264
GESTOR SUBSTITUTO:	FISCAL DO PROCESSO SUBSTITUTO:

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:



**Andréa Duque Estrada Ribeiro Azevedo**

**Matrícula: 062893**

Secretária Municipal de Meio Ambiente e de  
Desenvolvimento Urbano Sustentável